



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ  
Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64.018-900  
Telefone: - <http://www.saude.pi.gov.br>

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00012.019941/2025-44



PILARES DE  
DESENVOLVIMENTO  
HUMANO

SECRETARIA  
DA SAÚDE - SESAPI



### PROJETO PDH PIAUÍ (P178567)

**Programa de Investimento em Saúde e Proteção Social para Recuperação do  
Desenvolvimento Humano Pós-Covid 19 no Piauí**

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESAPI**

**BANCO MUNDIAL**  
Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD  
Acordo de Empréstimo 9596-BR

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo nº 00012.019941/2025-44**

**Referência STEP: SESAPI-05**

## CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA INDIVIDUAL

**Título da Contratação:** Consultor Individual Especialista em Engenharia para a Unidade Implementadora do Projeto – UIP/SESAPI.

**AGOSTO/2025**

## **SIGLAS E DEFINIÇÕES**

AQUISIÇÕES	Abrangem as Licitações (Bens, Obras e Serviços) e as Seleções de Consultoria (Empresas ou Consultores Individuais)
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CONTRATANTE	Secretaria de Estado da Saúde - SESAPI
MOP	Manual Operativo do Projeto
OS	Ordem de Serviço
PA	Plano de Aquisições
PAD	Documento de Avaliação do Projeto ( <i>Project Appraisal Document</i> )
PDH	Programa de Investimento em Saúde e Proteção Social para Recuperação do Desenvolvimento Humano Pós-covid 19 no Piauí
SASC	Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento
SESAPI	Secretaria de Estado da Saúde do Piauí
SI	Secretaria Implementadora (SESAPI e SASC)
TDR	Termo de Referência
UCP	Unidade Coordenadora do Projeto (SEPLAN)
UIP	Unidade Implementadora do Projeto (SESAPI e SASC)

## **1. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O presente Termo de Referência visa à contratação de 01 (uma) Consultoria Individual, Especialista em Engenharia Civil, para apoiar tecnicamente e fortalecer a capacidade da Coordenação da UIP/SESAPI na execução dos projetos de modernização da estrutura física da SESAPI (Regionais de Saúde, CERESTs e outros), no âmbito do Componente 1 do Projeto PDH de acordo com o Acordo de Empréstimo 9596-BR, o Regulamento de Aquisições do Banco, o Plano de Implementação do Projeto (PIP) e o Manual Operativo do Projeto (MOP).

## **2. ANTECEDENTES E CONTEXTO**

2.1. A população do Piauí é de cerca de 3,25 milhões de habitantes e representa 1,5% da população brasileira. Em 2019, mais de 37,2% da população vivia sob a linha de pobreza de US\$ 5,50 e 10,5% vivia em extrema pobreza e mesmo antes da Crise da Covid-19, a insegurança alimentar afetava as famílias no Estado. O cenário pós-pandemia fragilizou ainda mais o Estado e em 2021, após o programa federal de transferência emergencial de renda chamado Auxílio Emergencial encerrar, 33,1% da população do Piauí era pobre. O Estado possui a segunda menor expectativa de vida ao nascer entre os 27 estados, o que significa que o cidadão médio do Piauí vive cinco anos a menos que a média brasileira (76,5 anos, dados de 2019).

2.2. O PDH tem por objetivo apoiar o desenvolvimento humano no Estado do Piauí em um cenário pós-pandêmico, buscando melhorar a preparação em meio a crises e a capacidade de resposta do Sistema de Vigilância em Saúde e dos Sistemas de Proteção Social e Fomento à Inclusão Social e Produtiva através da reestruturação, gestão e implementação de medidas que buscam o aprimoramento da efetividade do trabalho já realizado além de apoiar a inclusão econômica como parte da recuperação da pandemia de COVID-19 no Estado do Piauí.

2.3. Dado o contexto socioeconômico do Estado e as múltiplas vulnerabilidades, o Governo do Estado do Piauí buscou apoio do BIRD para a implementação do Projeto de Investimento em Saúde e Proteção Social para Recuperação do Desenvolvimento Humano Pós-COVID 19 no Piauí, denominado Projeto PDH, firmando um contrato no valor total de US\$ 62,5 milhões, sendo US\$ 50 milhões financiados pelo BIRD.

2.4. No intuito de promover o desenvolvimento na rede assistencial de saúde do Estado, Governo do Estado do Piauí assinou o Acordo de Empréstimo P178567, referente ao Projeto de Investimento em Saúde e Proteção Social para Recuperação do Desenvolvimento Humano Pós-Covid 19 no Piauí.

2.5. Ainda na fase de negociação com o BIRD foi identificada a necessidade de contratação de consultoria técnica para o acompanhamento do caráter físico e ambiental das obras do Programa, visto que há uma demanda, por exemplo, de condicionantes ambientais a serem cumpridas, em obediência às Leis vigentes no Brasil.

2.6. Do ponto de vista ambiental e financeiro, as obras mais impactantes do PDH/BIRD/PIAUI são as reformas e ampliações dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde no Estado do Piauí, e a consultoria técnica deverá dar subsídios a Unidade Implementadora do Projeto – UIP SESAPI, para resolvê-los ou mesmo auxiliá-la na tomada de decisões.

## **3. ESCOPO DOS SERVIÇOS**

3.1. Visando o alcance dos objetivos deste Termo de Referência, o Consultor deverá realizar as atividades abaixo indicadas:

- I - Levantamento do Programa de Necessidades;
- II - Elaborar dos projetos básicos e executivos de engenharia, incluindo sondagem, percolação, teste do corpo de prova em peças de concreto armado em conformidade com a ABNT e demais projetos complementares;
- III - Elaborar relatórios técnicos de engenharia;
- IV - Elaborar de Planilhas Orçamentárias com a utilização dos preços unitários adotados pelas tabelas oficiais, utilizadas no Estado do Piauí, onerado e desonerado para definição do preço mais vantajoso para a Administração, Cronogramas Físico-financeiros, Memória de Cálculo, Especificações Técnicas de Serviços, Elaboração do BDI, Encargos Sociais e demais documentos necessários para instrução do processo licitatório em conformidade com a Lei nº14.133/2021;
- V - Emitir de Anotação Responsabilidade Técnica dos Serviços;
- VI - Elaborar do Plano de Gerenciamento de Resíduo da Construção Civil (PGRCC), Plano de Gerenciamento de Resíduo de Serviços de Saúde (PGRSS);
- VII - Acompanhar e supervisionar as obras até a sua conclusão com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo de obra referente às Reformas, Ampliações e Construções de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde no Estado do Piauí financiadas pelo Banco Mundial no âmbito do Projeto PDH.

### 3.2. LEVANTAMENTO DE DADOS

O(a) Consultor(a) deverá avaliar a correção e qualidade dos Levantamentos Preliminares de dados físicos e técnicos das edificações contempladas no âmbito do Projeto PDH, financiado pelo BIRD: Regionais de Saúde, LACEN, CEREST, SVO, Sala de Situação; e caso necessário, realizar revisões ou novos levantamentos, de modo a contar com bases consistentes para o desenvolvimento completo do projeto, do qual arcará com a responsabilidade técnica, devidamente registrado no Conselho de Classe. Será primordial a elaboração do Levantamento Cadastral das áreas de intervenção e Estudos de Compatibilizações com a Infraestrutura existente de elétrica (Pontos de Força), Civil (Bases, Estruturas, Forrações, Aberturas e Fechamentos em Alvenarias, etc...) e hidráulica (Sistema de Drenagem do Novo Sistema de Climatização Proposto) e paginação do forro. No final dessa etapa, deverá apresentar à Diretoria de Planejamento todos os resultados (dados físicos e técnicos), desenhos, e relatórios realizados, para aprovação, em mídia digital e impresso em papel sulfite (2 vias), seguindo o padrão ABNT, no formato A1 e/ou A0 (de acordo com escala do desenho).

### 3.3. PROGRAMA DE NECESSIDADES

O(a) Consultor(a) elaborará relatório técnico que descreverá os ambientes e os elementos construtivos necessários ao atendimento das atividades exercidas pela SESAPI, o que norteará projetos de engenharia, os estudos de viabilidade orçamentária, econômica, construtiva e especificações técnicas dos serviços; bem como a verificação de adequação de imóveis aos objetivos da SESAPI. Este documento deve informar além da estimativa de área, as especificidades construtivas necessárias, tais como a subdivisão física de ambientes, critérios de segurança, estudos de fluxos das atividades e das pessoas, orientações para

projetos de instalações, em conformidade com a RDC nº 50/2002 – ANVISA e outras normas pertinentes.

### 3.4. PROJETOS LEGAIS, INCLUSIVE APROVAÇÕES

O(a) Consultor(a) apresentará o conjunto de informações técnicas necessárias à análise e aprovação, por todas as autoridades competentes e concessionárias, “da concepção da edificação, dos seus elementos e instalações, com base nas exigências legais (municipal, estadual e federal), e à obtenção dos alvarás e/ou das licenças e demais documentos indispensáveis para as atividades de construção” (NBR 13531/95). É necessário que o (a) consultor (a) consulte os órgãos de aprovações municipais, estaduais e federais (Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros) para verificação de impedimentos, restrições, condutas e outras informações que devem ser seguidas para consolidação das propostas técnicas de projeto, para a posterior aprovação nos órgãos competentes. Deverão ser graficamente representadas, as plantas, cortes, fachadas, detalhes, esquemas, tabelas, em escala adequada e padrões estabelecidos pelos órgãos e concessionárias, com todas as descrições e justificativas. O consultor deverá entregar toda a documentação necessária para o início da obra e o acompanhar a tramitação e a aprovação dos projetos. As despesas decorrentes dos procedimentos para aprovação (taxas, emolumentos e laudos) serão de responsabilidade da SESAPI.

Os Projetos Legais deverão ser apresentados aos órgãos públicos após execução e aprovação do projeto básico, com fins de obtenção de Laudo Técnico de Avaliação (LTA) junto à Vigilância Sanitária e demais órgãos, para ser aprovado, carimbado e assinado pelos órgãos competentes.

### 3.5. PROJETOS BÁSICOS/EXECUTIVOS

3.5.1. O Consultor (a) deverá elaborar Projetos Básicos que conterão os seguintes elementos:

- a) Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra em seus aspectos construtivos e identificar todos os seus elementos com clareza;
- b) Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases executivas e de realização total das obras e montagem;
- c) Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;
- f) Orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados e necessários a consecução do objeto.

3.5.2. As características das edificações proposta no Projeto conterão as especificações

técnicas dos materiais e equipamentos empregados em cada serviço e seus respectivos locais de aplicação, além das referências às Normas Técnicas a serem consultadas para a metodologia de execução dos serviços da obra. Este documento deve apresentar todas as características necessárias para identificação dos produtos a serem aplicados, como traço de argamassa, resistência característica do concreto, tipo de fôrmas, tipo de aço, material, dimensões e características físicas dos elementos de alvenaria, classificação, dimensão e cor dos pisos e revestimentos, entre outras informações pertinentes. O(A) Consultor(a) deverá observar os materiais de acabamento especificados no Memorial Descritivo de arquitetura, verificando o atendimento das seguintes condições:

- a) As especificações técnicas deverão ser elaboradas de conformidade com as Normas do INMETRO e Práticas específicas, de modo a abranger todos os materiais, equipamentos e serviços previstos no Projeto;
- b) As especificações técnicas deverão estabelecer as características necessárias e suficientes ao desempenho técnico requerido pelo Projeto, bem como para a contratação da obra;
- c) Se houver associação de materiais, equipamentos e serviços, a especificação deverá compreender todo o conjunto, de modo a garantir a harmonização entre os elementos e o desempenho técnico global;
- d) As especificações técnicas deverão considerar as condições locais em relação ao clima e técnicas construtivas a serem utilizadas, conforme legislação vigente.
- e) De preferência, as especificações técnicas deverão ater-se aos materiais, equipamentos e serviços pertinentes ao mercado local;
- f) As especificações técnicas não poderão reproduzir catálogos de um determinado fornecedor ou fabricante, a fim de permitir alternativas de fornecimento;
- g) As especificações de componentes conectados a redes de utilidades públicas deverão adotar rigorosamente os padrões das concessionárias;
- h) A utilização de especificações padronizadas deverá limitar-se às especificações que somente caracterizem materiais, serviços e equipamentos previstos no Projeto;
- i) As especificações técnicas de soluções inéditas deverão se apoiar em justificativa e comprovação do desempenho requerido pelo Projeto, através de testes, ensaios ou experiências bem sucedidas, a juízo do contratante;
- j) As especificações serão elaboradas visando equilibrar economia e desempenho técnico, considerando custos de fornecimento e de manutenção, porém sem prejuízo da vida útil do componente da edificação;
- k) Se a referência de marca ou modelo for indispensável para a perfeita caracterização do componente da edificação, a especificação deverá indicar, no mínimo, três alternativas de aplicação e conterá obrigatoriamente a expressão “ou similar/equivalente”, de igual ou superior qualidade, definindo com clareza as características e desempenho técnico requerido pelo Projeto, de modo a permitir a verificação e comprovação da equivalência com outros modelos e fabricantes.

3.5.3. As atividades acima apresentadas deverão ser executadas de tal forma que, ao longo do prazo contratual, facilitem a conclusão e a aceitação das atividades do projeto, em consonância com as políticas do Banco Mundial, instrumento contratual e demandas de auditoria e demais órgãos de controle.

3.6. O (A) Consultor (a) deverá comunicar de forma imediata a UIP-SESAPI de

qualquer problema crítico ou irregularidade relatada na execução nos diferentes processos e demandas específicas contidas no escopo do Projeto.

3.7. Condições de Trabalho e segurança - O contratante deverá garantir condições de trabalho dignas e em conformidade com a legislação vigente, observando medidas que assegurem sua saúde e segurança ocupacional, conforme os requisitos legais e a Norma Ambiental e Social 2 - Mão de Obra e Condições de Trabalho do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial.

3.8. Conscientização e prevenção - O contratado deverá participar, quando solicitado, de orientação e conscientização contra assédio, abuso e exploração sexual promovidas pelo projeto.

3.9. Código de Conduta - O contratado deverá observar e cumprir as normas previstas no Código de Conduta do projeto, incluindo a prevenção e combate a:

- a) Atitude desrespeitosas ou discriminatórias em relação a qualquer pessoa;
- b) Assédio sexual, comportamento indecente e exploração sexual;
- c) Violência contra qualquer indivíduo, especialmente mulheres e pessoas vulneráveis;
- d) Solicitação de favores ou benefícios indevidos;
- e) Desrespeito a propriedades e bens alheios.

3.10. Comunicação de Incidentes e Acidentes - O contratado deverá informar imediatamente à contratante sobre qualquer incidente ou acidente relacionado ao projeto que tenha efeitos adversos significativos, apresentando detalhes suficientes sobre o ocorrido e indicando as medidas tomadas para mitigação e prevenção.

3.11. O (A) Consultor (a) deverá ter disponibilidade para deslocamento em todos os locais onde serão realizadas as obras, visando realizar os levantamentos técnicos necessários para a elaboração dos projetos de engenharia e os produtos a serem entregues.

## **4. RESULTADOS E PRODUTOS**

4.1. O (A) Consultor (a) selecionado deverá apresentar relatórios mensais e consolidados semestrais, circunstanciando as atividades realizadas por ele e os resultados alcançados, orientados para captar, organizar e difundir o alcance do Projeto.

4.2. Os Relatórios deverão ser elaborados de forma concisa, objetiva e coerente com os respectivos escopos, evitando-se desperdício com documentos repetitivos e volumosos.

4.3. Os relatórios mensais devem refletir o escopo das atividades, Item 3 deste TDR. Tendo em vista se tratar de ações continuadas e com o mesmo objeto, e deverá ser apresentado em formato padronizado, previamente acordado com a UIP SESAPI, onde dentre as informações necessárias deverá contemplar: a identificação do Consultor; o período de referência; síntese da execução dos serviços; evidências que comprovem a prestação dos serviços realizados, tais como: e-mail, ofício, agenda de missão, atas de reuniões, registros fotográficos, bem como relato acerca das contribuições técnicas implementadas pelo Consultor para a melhoria e otimização das atividades contratadas, tais como inovações de abordagem, aporte de conhecimento, otimização de processos e procedimentos.

4.4. O relatório deverá conter campo para o Visto da UIP SESAPI com a seguinte redação: *“Declaro, para os devidos fins, que este relatório está avaliado e aprovado nos termos*

do contrato XX/202X.”

4.5. O (A) Consultor deverá apresentar, no mês programado de encerramento do contrato, um Relatório Final (Relatório de Encerramento Contratual - Entrega dos Trabalhos), na mesma estrutura do relatório mensal, com uma descrição sucinta das atividades realizadas ao longo do período, indicando as principais dificuldades e soluções, acrescentando um capítulo de Lições Aprendidas.

4.6. Os relatórios devidamente assinados e em formato PDF, deverão ser encaminhados para o e-mail: [dup.sesapi@gmail.com](mailto:dup.sesapi@gmail.com), até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, para avaliação e aprovação da UIP SESAPI.

## **5. PRAZO DE EXECUÇÃO**

5.1. A prestação dos serviços de consultoria será realizada mediante Contrato por Tempo cujo prazo estimado de execução é de 12 (doze) meses, com carga horária de 30 horas semanais, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS) pelo Contratante.

5.2. O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela UIP – SESAPI no caso de avaliação insatisfatória ou não cumprimento das atribuições descritas nos itens 3 e 5.

5.3. Mediante acordo entre as partes e de comprovada avaliação do desempenho satisfatório do (a) Consultor(a) contratado, o prazo de execução poderá ser prorrogado por igual período até o limite do acordo de empréstimo.

5.4. Caso ocorram atrasos na execução dos serviços objeto deste Termo, comprovadamente decorrentes de fatos ou circunstâncias alheias à atuação do Consultor, e que não lhe sejam imputáveis, o prazo de execução será automaticamente prorrogado por período equivalente ao da paralisação ou impedimento, sem aplicação de penalidades.

5.5. Consideram-se, para fins desta cláusula, como fatos não imputáveis ao Contratado, dentre outros: caso fortuito ou força maior; atrasos na disponibilização de informações, documentos ou autorizações de responsabilidade do Contratante ou de terceiros; alterações no projeto determinadas pelo Contratante; bem como quaisquer ocorrências imprevisíveis que comprometam o regular andamento dos serviços.

5.6. A prorrogação prevista nesta cláusula deverá ser formalizada mediante termo aditivo.

5.7. Na hipótese do item 5.5., o aditivo deve ser instruído com documentação comprobatória dos motivos e da duração do atraso.

## **6. DOCUMENTOS TÉCNICOS / LEGISLAÇÃO**

6.1. Durante a execução dos serviços deverão ser seguidos os documentos técnicos e normas abaixo relacionadas:

- a) Acordo de Empréstimo;
- b) Manual Operativo do Projeto – MOP (em caso de qualquer conflito entre os termos do MOP e o Acordo, as disposições do Acordo prevalecerão);
- c) Documento de Avaliação do Projeto ( *Project Appraisal Document* – PAD);
- d) Plano Operativo Anual (POA);
- e) Plano de Implementação do Projeto (PIP);



- f) Plano de Aquisições;
- g) Marco de Gestão Ambiental e Social;
- h) Plano de Envolvimento das Partes Interessadas;
- i) Plano de Compromisso Ambiental e Social.

6.1.1. Havendo contradição entre o Acordo de Empréstimo e os demais documentos do projeto, deverá prevalecer o disposto no Acordo.

6.2. Legislação a ser observada durante a execução do contrato:

6.2.1. Legislação Federal:

- a) Todos os Projetos deverão ser elaborados em obediência às diretrizes gerais da Lei nº 14.133/21, de 01 de Abril de 2021.
- b) Atender a RDC 50 de 2002 e todas as resoluções e portarias, federais ou estaduais a ela correlatas;
- c) Atender as Normas de Acessibilidade de Portadores de Necessidades Especiais, obedecendo ao que determina o Decreto Federal nº 5296/2004, a NBR 9050 de 11 de novembro de 2015 e demais disposições;
- d) RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018 Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

6.2.2. Legislação Estadual:

- a) PORTARIA SESAPI GAB. Nº 0016 de 04 de janeiro de 2019 - Dispõe sobre o processo de licenciamento sanitário de estabelecimentos/serviços de interesse da vigilância sanitária no Estado do Piauí.
- b) Lei nº 6.174 de 06/02/2012 - estabelece normas para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde em todo território do Estado do Piauí, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, da Lei Ordinária Federal Orgânica da Saúde nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e da Lei Ordinária Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.
- c) INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 02/2019 Conceitos básicos de segurança contra incêndio
- d) INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº03/2019 Terminologia de segurança contra incêndio
- e) INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 04/2019 Símbolos gráficos para projeto de segurança contra incêndio
- f) INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº05/2019 Segurança contra incêndio – urbanística
- g) INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 07/2019 Separação entre edificações (isolamento de risco
- h) INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 08/2019 Segurança estrutural contra incêndio
- i) INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 09/2019 Compartimentação horizontal e compartimentação vertical
- j) INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 10/2019 Controle de materiais de acabamento e

de revestimento

k) INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº. 11/2019 Saídas de emergência;

l) INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 14/2019 Carga de incêndio nas edificações e áreas de risco;

m) INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 42/2019 Projeto Técnico Simplificado (PTS).

#### 6.2.3. Legislação Municipal:

a) Plano Diretor Municipal

b) Lei de Uso e Ocupação do Solo Coordenadoria Geral de Administração

c) Certidão de Zoneamento e de Diretrizes Municipais para o terreno

d) Código de Obras dos Municípios

#### 6.2.4. Normas, Códigos, Portarias e Resoluções:

a) Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos e Federais – Práticas SEAP (Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio);

b) Normas Regulamentadoras (NRs) e diretrizes de Projeto do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo;

c) RDC 50/2002 – Regulamento Técnico para Planejamento, Programação, Elaboração e Avaliação de Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde do Ministério da Saúde e todas as normas, portarias e decretos de saúde nela indicados;

d) Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA-CONFEA e do CAU;

e) Portarias do Conselho de Vigilância Sanitária (CVS) e da Associação Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

f) Código de Vigilância Sanitária do Estado do Piauí;

g) Código de Obras do Município de Teresina;

h) Normas Brasileiras (NBR) realizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas para materiais e serviços da construção civil.

## 7. DOS ASPECTOS SOCIAIS

7.1. O(a) Contratado(a) deverá seguir as diretrizes contidas no Plano de Gestão de Mão de Obra (PGMO) do projeto disponibilizado por meio do link <chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://pdh.seplan.pi.gov.br/wp-content/uploads/2025/05/procedimentos-de-gestao-de-mao-de-obra.pdf>.

7.2. O (a) Contratado (a) deverá assinar no ato da contratação o Termo de Compromisso com Código de Conduta do Projeto (anexo 1) do PGMO, comprometendo-se a respeitar e implementar suas disposições durante a vigência do contrato.

## 8. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1. O Consultor realizará seus trabalhos nas instalações da UIP SESAPI, localizada no endereço Av. Pedro Freitas, S/Nº, Bloco A, 1º Andar, Centro Administrativo, Bairro São Pedro, CEP: 64.018-900, Teresina-PI, bem como nos 12 Territórios de Saúde onde serão executados serviços e ações do PDH.
- 8.2. O Consultor, a critério do Contratante, poderá ainda, desde que previamente autorizado, realizar atividades na modalidade “Home Office”.
- 8.3. Se, porventura, forem realizados trabalhos pelo Consultor, na modalidade “Home Office”, todos os custos inerentes, a exemplo de equipamentos, energia, telefonia e internet serão de responsabilidade do Consultor.
- 8.4. A critério da contratante, o (a) Consultor (a) deverá ter disponibilidade para viagem aos 12 territórios de saúde, onde os serviços e ações serão desenvolvidos.

## **9. PERFIL PROFISSIONAL**

- 9.1. Para a função de Consultor individual na área de Engenharia o (a) profissional concorrente deverá apresentar e comprovar as seguintes qualificações e experiências:
- 9.1.1. Profissional graduado em curso de nível superior em Engenharia Civil com registro ativo/visto no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA/PI);
- 9.1.2. Apresentar comprovação através de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA e Atestado de Execução dos Serviços emitido por empresas públicas e/ou privadas acompanhadas de ARTs correspondentes:
- 9.1.2.1. Elaboração de no mínimo três Projetos Complementares Hospitalares de média e/ou alta complexidade com área mínima de construção de 1.000 m²; permitida a soma de áreas de projetos independentes;
- 9.1.2.2. Elaboração de Planilha Orçamentária de obras hospitalares/afins com área mínima de construção de 1.000 m²; permitida a soma de áreas de projetos independentes;
- 9.1.2.3. ART de Fiscalização/Supervisão de obras hospitalares/afins com área mínima de construção de 1.000 m²; permitida a soma de áreas de projetos independentes.
- 9.2. É desejável ainda que o(a) consultor(a) tenha:
- 9.2.1. Experiência de trabalho comprovada em elaboração de projetos de obras públicas;
- 9.2.2. Experiência de trabalho comprovada em monitoramento da execução de obras públicas;
- 9.2.3. Experiência de trabalho comprovada em desenvolvimento de projetos de edificações.
- 9.2.4. Conhecimento em Plano de Controle Ambiental (PCA) e ou conhecimento em gestão ambiental/social na execução de obras conforme diretrizes estabelecidas na legislação nacional e ou normativos do Banco Mundial.

## **10. INSUMOS DISPONÍVEIS**

- 10.1. A Contratante disponibilizará ao (à) Consultor(a) local para o desempenho de suas atividades, incluindo disponibilização de mobiliário e equipamentos de informática, e meios para locomoção e diárias quando necessárias viagens pelo Projeto.

## 11. DESPESAS REEMBOLSÁVEIS

11.1. A presente contratação não compreende o pagamento de despesas reembolsáveis. As despesas com transporte (aéreo ou terrestre) em classe econômica e as despesas com deslocamento, hospedagem e/ou alimentação relacionadas ao Projeto serão custeadas pela Contratante.

(assinado eletronicamente)

**CLÉCIO MOREIRA LOPES**

Coordenador da UIP/SESAPI

APROVO:

(assinado eletronicamente)

**ANTÔNIO LUIZ SOARES SANTOS**

Secretário de Estado da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **CLÉCIO MOREIRA LOPES - Matr.0319088-9, Diretor**, em 19/08/2025, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO LUIZ SOARES SANTOS - Matr.0000000-0, Secretário de Estado da Saúde**, em 21/08/2025, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **017712105** e o código CRC **0DB093E5**.